

O PAPEL DA AFINIDADE TRANSCENDENTAL ENTRE OS FENÔMENOS NA TEORIA DO CONHECIMENTO KANTIANA

Gualtiero Lorini¹

A. v. Humboldt Stiftung - TU Berlin

You know a fact when you see it [...], but you have no feeling for phenomena

(R. Stout, *Fer-de-Lance*)

1. INTRODUÇÃO

É preciso começar este ensaio com uma justificação sobre a razão pela qual, no título, foi escolhida a palavra “fenômenos”, embora na passagem correspondente da Dedução-A Kant empregue o termo *Erscheinungen*, que em algumas línguas será talvez traduzido pela palavra “aparências”.²

Através da referência às várias passagens em que Kant esclarece que os *Erscheinungen* transcendentalmente determinados têm que ser considerados como *Phenomena*, distinguindo desta maneira os *Erscheinungen* do significado comum de *Apparenz*,³ optamos diretamente pelo termo “Fenômenos”, porque parece-nos que aqui Kant está exatamente atribuindo aos *Erscheinungen* essa determinação transcendental pelo emprego do conceito de “afinidade transcendental”, como procuraremos esclarecer no texto a seguir. Contudo, por razões de rigor metodológico, valer-nos-emos do termo alemão *Erscheinung*.

Em um dos poucos estudos especificamente dedicados à afinidade transcendental, B. Barsotti define-a como uma noção “ao mesmo tempo discreta e ambiciosa”.⁴ Além disso, ele identifica a principal razão para o desaparecimento desse conceito na Dedução-B pela possibilidade do risco de um realismo supostamente levantado por essa afinidade. De fato, Barsotti argumenta que esse conceito implicaria uma organização autônoma presente na matéria do fenômeno, o que enfraqueceria o papel desempenhado pelo entendimento na síntese cognitiva.

Essa perspectiva alude claramente aos desenvolvimentos fenomenológicos, que às vezes são mesmo explicitamente evocados pelo autor.⁵ Porém, ao mesmo tempo, não devemos esquecer as interpretações, que poderiam ser qualificadas como neokantianas, que, pelo contrário, consideram a afinidade transcendental entre os *Erscheinungen* como uma possível evidência da presença original e inevitável da forma intelectual no interior da síntese, uma interpretação que, em alguns casos, levou até à redução do objeto a uma mera exigência metodológica.⁶

Sem pretender aventurar-nos no labirinto (muitas vezes aporético) dessas contraposições, procuraremos primeiramente reconstruir o papel da afinidade transcendental na economia argumentativa da Dedução-A. Em seguida, mostraremos como esse conceito ainda desempenha um papel sistemático não apenas na Dedução-B, mas também para além dos limites da Dedução e, mais amplamente, da *Analítica dos Conceitos*. Essa característica será aprofundada pela avaliação da relação entre as alterações na estrutura da Dedução-B e algumas consequentes alterações na segunda versão da *Analítica dos Princípios*. Essas alterações são, de fato, mais fáceis de entender, reconhecendo as diferentes e tácitas maneiras pelas quais elas pressupõem a afinidade transcendental. Mais adiante, veremos que a função sistemática da afinidade transcendental pode ser descoberta mesmo para além da primeira Crítica e, para esse propósito, focaremos a atenção no *Opus postumum*. Finalmente, tentaremos avaliar a maneira como esse conceito é útil para compreender melhor o sentido inovador da concepção de objetividade proposta pela filosofia transcendental.

2. A DEDUÇÃO-A POR SI PRÓPRIA: A AFINIDADE COMO UM *LEITFADEN*

No parágrafo treze da primeira seção da *Analítica dos Conceitos*, introduzindo os princípios “de uma dedução transcendental em geral”, Kant coloca uma dicotomia que é o fio comum da dedução; a saber: a dicotomia entre “transcendental” e “empírico”: “eu denomino *dedução transcendental* à explicação do modo como esses conceitos podem referir-se a objetos, e a diferenciação da dedução *empírica*, que mostra como um conceito foi adquirido por meio da experiência e da reflexão sobre a mesma e, portanto, diz respeito não à legitimidade, mas ao fato do qual se originou a sua posse”.⁷ Enquanto a *quaestio facti* é tratada pelo lado empírico da Dedução, a *quaestio iuris* diz respeito à *Dedução transcendental*. Assim, a *quaestio iuris* é caracterizada por uma perspectiva estritamente *a priori*, e, portanto, antecede a aplicação dos conceitos puros do entendimento à sensibilidade, aplicação a partir da qual a experiência pode surgir.

A dicotomia transcendental-empírico é aprofundada no final do parágrafo seguinte (quatorze) (*Passagem para a dedução transcendental das categorias*), numa famosa passagem eliminada na versão B.

Há, contudo, três fontes originárias (capacidades ou faculdades da alma) que contêm as condições de possibilidade de toda a experiência e não podem, elas próprias, ser derivadas de nenhuma outra faculdade da mente, quais sejam, o *sentido*, a *imaginação* e a *apercepção*. Nelas se fundam: 1) a *sinopse a priori* do diverso por meio do sentido; 2) a *síntese* do diverso por meio da imaginação; e finalmente 3) a *unidade* dessa síntese por meio da apercção originária. Todas essas faculdades têm, além do uso empírico, também um uso transcendental que apenas diz respeito à forma e é *a priori* possível. *Sobre os sentidos* nós já falamos acima, na primeira parte, e as outras duas nós tentaremos agora, quanto à sua natureza, discernir.⁸

Aqui Kant fala de três “fontes originárias (capacidades ou faculdades da alma)”, que contêm as condições de possibilidade de todas as experiências: o “sentido”, sobre o qual é fundada a “sinopse” do diverso; a imaginação, que é o fundamento da “síntese” do diverso; e a apercepção, sobre a qual repousa a “unidade” dessa síntese. Cada uma destas *Vermögen*—diz Kant—tem, por sua vez, um uso empírico e um uso transcendental, e este último “apenas diz respeito à forma”.

Kant está aqui referindo-se às três sínteses expostas na seção posterior, o chamado lado “subjetivo” da Dedução-A, que ele introduz através de uma significativa *Observação preliminar* sobre o carácter progressivo dessa exposição. Nessa *Observação*, Kant qualifica o seu trabalho como uma exposição que parte da obscuridade de um caminho inexplorado para alcançar a luz.⁹ Além disso, ele atribui a uma etapa posterior, a chamada parte “objetiva” da Dedução-A, o tratamento sistemático desses “elementos do entendimento”.¹⁰

Sem entrar nos detalhes de cada síntese, podemos facilmente destacar que, como é muitas vezes e justamente salientado, a imaginação desempenha aqui um papel crucial na medida que medeia entre a apreensão sensível e o reconhecimento conceitual. Contudo, isso é possível exatamente por meio do que Kant observou no final do parágrafo quatorze; a saber: que o mesmo conceito de síntese repousa sobre a imaginação, e em virtude dela pode estar presente, em diferentes formas, seja na apreensão, seja no reconhecimento, assim mediando entre eles.

Essa unidade sintética, porém, pressupõe ou envolve uma síntese; e se no primeiro caso ela tem de ser necessária *a priori*, no último ela também tem de ser uma síntese *a priori*. A unidade transcendental da apercepção se refere à síntese pura da imaginação, portanto, como uma condição *a priori* da possibilidade de qualquer composição do diverso em um conhecimento. Somente a síntese produtiva da imaginação, contudo, pode ter lugar *a priori*; pois a reprodutiva se baseia nas condições da experiência. Assim, o princípio da unidade necessária da síntese pura (produtiva) da imaginação, antes da apercepção, é o fundamento da possibilidade de todo conhecimento, em especial da experiência.¹¹

Como Kant deixa claro no lado „objetivo“ da Dedução-A, os resultados alcançados na *Síntese do reconhecimento*—ou seja: a apercepção transcendental como condição *a priori* e necessária de todas as experiências—pressupõem “o princípio da unidade necessária da síntese pura (produtiva) da imaginação”, que, “antes da apercepção, é o fundamento da possibilidade de todo conhecimento, em especial da experiência”.¹² Não por acaso, o fundamento dessa relação sistemática entre a imaginação e o entendimento é colocado por Kant exatamente no parágrafo que segue às três sínteses, e que precede a exposição “objetiva”/sistemática da Dedução-A; a saber: a “Explicação provisória da possibilidade das categorias como conhecimentos *a priori*”. Aqui Kant identifica na “afinidade do diverso” o fundamento da possibilidade da *associação* do diverso “na medida em que [o fundamento] reside no objeto”. Isto é: a síntese da imaginação produtiva pura, que permite à apercepção representar objetivamente a série dos fenômenos na experiência, tem como presuposto que “[t]odos os fenômenos possíveis pertencem, como representações, à inteira autoconsciência possível”.¹³ Esse pertencimento à autoconsciência coloca os *Erscheinungen*, que ficam no fundamento dessas representações, num acordo imediato com as condições transcendentais da experiência, ofe-

recendo assim a determinação transcendental que nos permite considerar tais *Erscheinungen* como *Phaenomena*.

Por essa razão, na medida que a afinidade expressa essa conformidade para com a lei, ela é por sua vez definida como “transcendental” e mencionada juntamente com a afinidade empírica, que repousa sobre ela: “Todos os fenômenos, portanto, estão em uma conexão completa segundo leis necessárias e, assim, em uma *afinidade transcendental* da qual a *afinidade empírica* é mera consequência”.¹⁴ Assim, a afinidade transcendental permite o surgimento da experiência e, *nessa* experiência, podemos compreender a afinidade empírica como “uma consequência necessária de uma síntese na imaginação que se funda *a priori* em regras”.¹⁵

Portanto, Kant não considera surpreendente podermos ver a natureza como aquela “unidade graças à qual ela pode denominar-se objeto de toda experiência possível”, “na facultade-raiz de todo o nosso conhecimento, qual seja, a apercepção transcendental”.¹⁶

Se, agora, com base nos elementos destacados, olharmos para a estrutura argumentativa da Dedução-A, podemos apreciar o funcionamento do caminho ascendente adotado expressamente por Kant nesse trabalho: trata-se duma ascensão gradual da experiência para suas leis. No que diz respeito à dicotomia empírico-transcendental, que acompanha o leitor da Dedução-A em tal ascensão, é preciso salientar que esses dois elementos são constantemente concebidos numa perspectiva integrada. Isso se aplica ao conceito geral de *Dedução*, ao uso que podemos fazer de cada facultade (sentido, imaginação e apercepção), e, finalmente, à afinidade, que permite a ligação entre imaginação e entendimento.

Isso não quer dizer que a dicotomia entre empírico e transcendental deixe de ser crucial na Dedução-B, ainda mais se se pensar que essa está também presente na *Estética transcendental*. Contudo, a análise comparativa dessa dicotomia permite-nos compreender as diferentes estratégias argumentativas adotadas por Kant entre 1781 e 1787. De fato, em 1787 ele não procede mais a partir da estrutura da experiência para as leis que lhe dão forma; em vez disso, ele imediatamente coloca a unidade sintética da apercepção na base de sua dedução, através do “eu penso”. Esse esforço para destacar o entendimento como facultade normativa, em alguns casos permite ler a relação entre empírico e transcendental, não como uma integração, mas sim como uma contraposição, na qual o elemento transcendental tem que ser enfatizado; por exemplo: no parágrafo dezesseis da Dedução-B, no qual a virada argumentativa é anunciada, Kant define a representação-“eu penso” pela contraposição entre apercepção empírica e apercepção pura-originária, cuja unidade é em seguida definida como “transcendental”, o que expressa uma ênfase muito forte no lado intelectual:

Eu a denomino *apercepção pura* para diferenciá-la da *empírica*, ou também *apercepção originária*, pois ela é aquela autoconsciência que, por reproduzir a representação *eu penso* que tem de poder acompanhar todas as outras e é sempre a mesma em toda consciência, não pode ser acompanhada de nenhuma outra. Também a unidade da mesma eu denomino a unidade *transcendental* da autoconsciência, para indicar a possibilidade do conhecimento *a priori* a partir dela.¹⁷

Além disso, no parágrafo dezoito, Kant define a unidade objetiva da autoconsciência por meio de uma contraposição entre a unidade transcendental e a unidade empírica da aper-

cepção: essa última pode derivar da primeira, mas só “sob condições dadas *in concreto*”. Porém, Kant declara não estar aí interessado na unidade empírica da apercepção:

*A unidade transcendental da apercepção é aquela por meio da qual todo o diverso dado em uma intuição é unificado em um conceito do objeto. Por isso ela é denominada objetiva e tem de ser distinguida da unidade subjetiva da consciência, que é uma determinação do sentido interno por meio da qual aquele diverso da intuição é dado empiricamente para tal ligação. Se eu posso ou não ser empiricamente consciente do diverso, como simultâneo ou sucessivo, é algo que depende de circunstâncias ou condições empíricas [...] A forma pura da intuição no tempo, pelo contrário, como uma mera intuição em geral que contém um diverso dado, submete-se à condição originária da consciência tão somente por meio da referência necessária do diverso da intuição a um eu penso, portanto por meio da síntese pura do entendimento, que serve a priori de fundamento à síntese empírica. Apenas aquela unidade é objetivamente válida; a unidade empírica da apercepção, que nós não levamos aqui em consideração e que, além disso, só pode ser derivada da primeira sob condições dadas in concreto, tem validade apenas subjetiva.*¹⁸

Contudo, nós não devemos esquecer que o objetivo, seja da Dedução-A, seja da Dedução-B, é o mesmo. Portanto, a redução do espaço dedicado à imaginação na versão B e o consequente desaparecimento da afinidade transcendental não devem ser considerados como enfraquecimentos do valor conceitual desses conceitos, e isso não só na Dedução Transcendental, mas também no que diz respeito a todo o texto.

Na exposição da edição B a imaginação é tematizada no parágrafo vinte e quatro, em que a relação da imaginação com o entendimento é explicada por meio da *synthesis speciosa*.

*Essa síntese do diverso da intuição sensível, que é a priori possível e necessária, pode ser denominada figurativa (synthesis speciosa), de modo a diferenciá-la daquela que seria pensada nas meras categorias em relação ao diverso de uma intuição em geral e que se denomina ligação do entendimento (synthesis intellectualis) [...] a imaginação é então uma faculdade de determinar a sensibilidade a priori, e a sua síntese das intuições, conforme às categorias, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e a primeira aplicação sua (também fundamento de todas as demais) aos objetos da intuição possível para nós.*¹⁹

Aqui a imaginação é explicitamente considerada como um instrumento do entendimento para agir sobre a sensibilidade, pois a sua síntese transcendental é “um efeito do entendimento sobre a sensibilidade”.²⁰ Assim, mesmo se a imaginação perde na Dedução-B uma parte da sua independência, isso acontece porque a síntese imaginativa deve ser reconhecida como um componente intelectual crucial na aplicação das categorias à sensibilidade. Portanto, pode-se perguntar se também a afinidade, que estava estritamente ligada à síntese imaginativa—seja como sua condição transcendental, seja como sua consequência empírica—ainda desempenha um papel na estrutura argumentativa da Dedução-B.

Uma resposta positiva é sugerida pelo conceito que Kant introduz no final da Dedução-B, a saber, a “natura *materialiter spectata*” como “conjunto completo de todos os fenômenos” [*Inbegriffe aller Erscheinungen*],²¹ na medida que esses *Erscheinungen* recebem as suas leis pelas categorias. Isso se assemelha claramente à presença da lei intelectual na consideração material da totalidade da natureza, que na Dedução-A tinha sido expressada pela afinidade transcenden-

tal. Como confirmação, podemos detectar uma pressuposição silenciosa da afinidade mesmo nas alterações que em 1787 Kant introduz na seção da *Analítica* especificamente dedicada à aplicação das categorias; a saber: a *Analítica dos Princípios*.

3. ALÉM DA DEDUÇÃO: A ANALÍTICA DOS PRINCÍPIOS

A parte da *Analítica dos Princípios* em que os efeitos da nova estrutura da Dedução B são mais imediatamente detectáveis é representada pelas *Analogias da Experiência*. Aqui está um esboço de um confronto sinóptico entre as duas versões do princípio geral das *Analogias*:

As Analogias da experiência.

O princípio geral delas é: todos os fenômenos [*Erscheinungen*], segundo a sua existência, ficam *a priori* sob regras da determinação da sua relação recíproca no tempo.²²

Analogias da experiência.

O seu princípio é: a experiência só é possível por meio da representação de uma conexão necessária das percepções.²³

É claro que na Edição-B a modalidade expositiva *a parte rei* da Edição-A é “trazida” sob o domínio do entendimento. O princípio geral não é mais representado pelos *Erscheinungen* “segundo a sua existência”, mas pela “representação de uma conexão necessária das percepções”.²⁴ Mesmo na *Prova* de cada *Analogia*, Kant não visa primeiramente modificar seus argumentos, mas sim introduzir algumas observações preliminares para reivindicar o pressuposto intelectual na exposição das diversas relações temporais entre os *Erscheinungen*. Ele reivindica claramente isso na segunda *Analogia*, quando no final da passagem preliminarmente adicionada, afirma: “Após esta observação prévia se segua a prova”.²⁵

Contudo, mesmo nesse caso, o resultado obtido nas *Analogias da Experiência* é o mesmo na edição A como na B; ou seja: as “leis transcendentais da natureza” [*transcendentale Naturgesetzen*] são o que permite a representação da “unidade da natureza na concatenação de todos os fenômenos sob certos exponentes, os quais exprimem tão somente a relação do tempo (na medida em que compreende em si toda existência) à unidade da apercepção, que só pode ter lugar na síntese segundo regras”.²⁶ O conjunto dessas leis transcendentais não atesta nada, senão o que na Dedução-A tinha sido atestado pela afinidade transcendental; ou seja: a necessária conformidade do que é posto no espaço e no tempo com as leis *a priori* do entendimento. Na versão A, Kant tinha afirmado que a representação da condição pela qual o diverso é posto, é uma regra, e, se isso *tem* de ser assim posto, esta representação é uma lei.²⁷ Numa passagem no final das *Analogias*, que se encontra tanto em A como em B, Kant afirma que “todos os fenômenos residem – e têm de residir – em uma natureza, pois sem essa unidade *a priori* não seria possível qualquer unidade da experiência, portanto também nenhuma determinação dos objetos na mesma”.²⁸

Assim, essa necessidade *a priori* – quer se trate ou não de afinidade transcendental – torna-se ainda mais clara na aplicação das categorias exposta na *Analítica dos Princípios*. Além disso, na medida que determina o domínio de ligação possível entre os *Erscheinungen*, essa

necessidade *a priori* adquire também uma função de limitação no que diz respeito à aplicação das categorias. Tal função é aprofundada no final da *Analítica dos Princípios*, no parágrafo sobre o *Fundamento da distinção de todos os objetos em geral em phanomena e noumena*. Aqui nós encontramos novamente a dicotomia empírico-transcendental, mas em um sentido totalmente diferente do descrito na Dedução.

Que o entendimento só possa, pois, fazer um uso empírico de todos os seus princípios *a priori*, e mesmo de todos os seus conceitos, e jamais um uso transcendental, é uma proposição que, se por ele reconhecida com convicção, leva a importantes consequências. O uso transcendental de um conceito, em algum princípio, se dá quando ele é referido a coisas *em geral* e *em si mesmas*; o empírico, quando ele é referido apenas a *fenômenos* [*Erscheinungen*], i.e., objetos de uma *experiência* possível.²⁹

Nessa passagem, Kant opõe a um uso empírico do entendimento em que o conceito se refere “apenas a *fenômenos* [*Erscheinungen*], i.e., objetos de uma *experiência* possível”, um uso transcendental, no qual o conceito se refere “a coisas *em geral* e *em si mesmas*”.³⁰ Nesse caso, Kant emprega claramente o termo “transcendental” aludindo à sua proximidade muitas vezes recordada com o termo “transcendente”, designando um uso equivocado das categorias que excede os limites de sua aplicação. Porém, esse uso não é ilícito apenas devido ao ultrapassamento dos limites da experiência possível, mas porque ainda é “indiferenciado”; ou seja: isso não presta atenção a essa limitação. Portanto, ele não aborda os *Erscheinungen* e ainda menos os objetos, mas apenas as coisas “em geral”; ou seja: *também* as coisas “em si mesmas”.³¹ Essa formulação pode ser encontrada também no início da *Analítica dos Princípios*, no parágrafo sobre o esquematismo:

Segundo aquilo que foi mostrado na *Dedução das categorias*, é de esperar-se que ninguém fique em dúvida ao decidir-se sobre a questão: se esses conceitos puros do entendimento são de uso meramente empírico, ou também de uso transcendental? Isto é: se apenas se referem *a priori* a fenômenos, como condições de uma experiência possível, ou se, como condições de possibilidade das coisas em geral, também podem ser estendidos a objetos em si mesmos (sem qualquer restrição a nossa sensibilidade).³²

Se nós assumimos a Dedução aqui lembrada por Kant como a Dedução-A—explicitamente caracterizada pela afinidade transcendental—não é surpreendente que na versão A desse parágrafo sobre a distinção entre *phaenomena* e *noumena*, Kant esclareça os limites do uso legítimo do entendimento através do conceito de “objeto transcendental”:

Todas as nossas representações são, de fato, referidas pelo entendimento a algum objeto, e, como os fenômenos não são senão representações, o entendimento os refere a um *algo* como o objeto da intuição sensível: mas este algo é, nessa medida, apenas o objeto transcendental. Este, contudo, significa um algo = *x* de que nada sabemos, nem sequer poderíamos saber (segundo a atual disposição de nosso entendimento), e que serve apenas como um correlato da unidade da apercepção para a unidade do diverso na intuição sensível, através da qual o entendimento unifica o mesmo no conceito de um objeto.³³

De fato, esse conceito expressa *a parte rei* as condições de aplicação mais gerais e indeterminadas das categorias, para que uma experiência objetivamente válida possa surgir, embora

a indeterminação do x , através do qual Kant designa esse objeto, não possa ser considerada como uma coisa em si mesma: isto é: além dos limites da experiência possível. De fato, a afinidade transcendental é aqui pressuposta como a determinação transcendental em conformidade com a unidade da apercepção, que permite a Kant referir o *Erscheinung* em geral ao objeto transcendental: “O objeto [*Object*] a que refiro o fenômeno em geral é o objeto [*Gegenstand*] transcendental, i. e., o pensamento inteiramente indeterminado de algo em geral”.³⁴ Portanto, no que diz respeito à versão A deste parágrafo, podemos claramente destacar: 1) que o conceito de *noumenon* não precisa ser positivamente qualificado, pois sua posição além das condições da intuição sensível é suficientemente esclarecida pelo contraste com o objeto transcendental:

Disso surge, pois, o conceito de um *noumenon*, que não é todavia de modo algum positivo e não significa um conhecimento determinado de alguma coisa, mas apenas o pensamento de algo em geral em que eu faço abstração de toda forma da intuição sensível.³⁵

Consequentemente: 2) o objeto transcendental não pode, de modo algum, ser considerado como um *noumenon*, visto que só pode ser concebido como o objeto de uma intuição sensível em geral:

Este [objeto [*Gegenstand*] transcendental] não pode denominar-se *noumenon*, pois não sei nada do que ele seja em si mesmo, nem tenho dele qualquer conceito a não ser o do objeto de uma intuição sensível em geral, o qual, portanto, é idêntico para todos os fenômenos.³⁶

Pelo contrário, se no que diz respeito à limitação da aplicação das categorias, pressupusermos a Dedução-B, é claro que o conceito de objeto transcendental – embora empregado por Kant em outros contextos – não será suficiente para expressar o caráter mais geral de um *Erscheinung*, que constitui o objeto de uma experiência possível. De fato, sem uma referência explícita à afinidade transcendental entre os *Erscheinungen*, o estatuto do x ficaria obscuro, e até enganador. É por isso que, na versão B deste parágrafo, Kant substitui o objeto transcendental bem como o x indeterminado por uma distinção explícita entre o sentido positivo e o negativo do *noumenon*, destacando nesse contexto a impossibilidade de uma distinção “em sentido positivo” dos objetos entre *phaenomena* e *noumena*, bem como do mundo entre mundo sensível e mundo inteligível:

Se sob númeno entendemos uma coisa, que não é objeto de nossa intuição sensível, porque fazemos abstração do nosso modo de intuí-la, então ele é um númeno em sentido negativo. Se, no entanto, entendemos aí um objeto de uma intuição não sensível, então supomos um modo absoluto de intuir, mais precisamente o intelectual, que não é o nosso e cuja possibilidade não podemos discernir, e tal seria o númeno em sentido positivo. [...] Se, pois, quiséssemos aplicar as categorias a objetos que não podem ser considerados como fenômenos, então teríamos de ter por base uma outra intuição que não a sensível, e o objeto seria, nesse caso, um númeno em sentido positivo.³⁷ [...] Assim, a divisão dos objetos em *phaenomena* e *noumena*, e do mundo em mundo sensível e inteligível, não pode ser admitida em sentido positivo [...].³⁸

Contudo, mais uma vez, os diferentes quadros argumentativos de A e B não impedem Kant de alcançar a meta perseguida; a saber: os *Erkenntnisarten a priori*, que na Introdução-B

são indicados como o objetivo da filosofia transcendental. Esses *Erkenntnisarten* constituem a possível experiência na medida que a *de-finem*³⁹; ou seja: na medida que marquem os limites dessa experiência. Tal *Grenzbestimmung* da experiência possível, que supõe as condições delimitadas pela afinidade transcendental, permite-nos adotar uma perspectiva ainda mais ampla sobre a razão, além do quadro interno da mesma Crítica. Por exemplo: em uma carta a M. Mendelssohn, de 6 de agosto de 1783, Kant afirma que, embora o campo da experiência possível não abarque todas as coisas em si, essas são, contudo, pressupostas, embora seja impossível para nós saber qualquer coisa sobre elas:

[...] Então, se realmente a minha última conclusão seja exata: que todos os conhecimentos especulativos a priori possíveis para nós não podem concernir nada além dos objetos de uma experiência possível para nós, e que o âmbito da experiência possível para nós não compreende todas as coisas em si mesmas; portanto é contudo preciso admitir mais outros objetos, até mesmo como pressupostos necessários, sem que por isso seja para nós possível conhecer algo minimamente determinado deles.⁴⁰

Isso é claro à luz da mencionada tarefa de constituição-delimitação exercida pelas condições transcendentais da experiência. Tal tarefa, de fato, não faria sentido se não houvesse um domínio mais amplo para ser transcendentemente limitado, a fim de individualizar um possível objeto de experiência.

Partindo do que precede, vários estudiosos sustentaram que a determinação transcendental dos *Erscheinungen* fornecida pela afinidade transcendental poderia até ser dotada de uma função reguladora no que diz respeito ao uso do entendimento. Não por acaso, tal função deve ser individuada (tanto em A como B) no *Apêndice à Dialética Transcendental*, mas não tanto quando Kant se refere expressamente à “lei da afinidade [*Affinität*] de todos os conceitos”,⁴¹ mas sim quando ele emprega a palavra *Verwandtschaft* para mostrar que essa lei “indica uma espécie de afinidade [*Verwandtschaft*] entre os diferentes ramos, na medida em que brotaram todos de um mesmo tronco”.⁴² Continuando, Kant afirma:

[...] essa lei lógica do *continui specierum (formarum logicarum)* pressupõe uma lei transcendental (*lex continui in natura*) sem a qual o uso do entendimento seria equivocadamente conduzido.⁴³

Apesar das indiscutíveis evidências textuais, não discutiremos aqui a interpretação de G. Wohlfart, o qual defende que essa ocorrência do conceito de afinidade prefigura a “transscendentale Zweckmässigkeit” da terceira Crítica. Ao mesmo tempo, parece inadequado separar, como faz K. Westphal, os papéis constitutivo e regulador da afinidade transcendental. Nesse sentido, concordamos com Wohlfart quando afirma que a afinidade transcendental ainda desempenha um papel, embora tácito, na edição B da *KrV*, na medida que permite a expressão da relação sistemática entre o entendimento e a razão.⁴⁴ Como tem sido salientado muito claramente por L. Ribeiro dos Santos, essa função é realizada através da uma ação, em que o papel da afinidade – aqui explicitamente referida a todos os conceitos – realiza-se pela síntese entre os princípios de homogeneidade [*Homogenität (Gleichartigkeit)*] do diverso sob gêneros superiores, e variedade [*Varietät*] (especificação [*Specification*]) do homogêneo sob espécies inferiores. A

continuidade [*Continuität*], que deriva da síntese destes dois princípios, permite destacar com eles uma tríade fundamental.⁴⁵ Por meio desses três princípios, “a razão prepara o terreno para o entendimento”⁴⁶; ou seja: “a razão pressupõe os conhecimentos do entendimento, que são aplicados primeiramente à experiência, e busca a sua unidade segundo ideias, a qual vai muito além do que a experiência pode alcançar”.⁴⁷

Nos termos da *Analítica transcendental*: é supondo essa unidade “de acordo com as idéias”—ou seja: a unidade das “coisas em geral”—que o entendimento pode realizar conscientemente a determinação transcendental dos objetos dentro do quadro da experiência possível.

Isso é apropriadamente expressado por G. Picht, quando salienta que os princípios de “homogeneidade”, “especificação” e “continuidade” são tão importantes para o fundamento da ciência da natureza quanto o sistema dos princípios do entendimento puro, e, nesse sentido, representam um importante correlato da *Analítica transcendental*.

4. ALÉM DA MESMA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

Os elementos acima mencionados fornecem um *Leitfaden* útil para investigar a afinidade transcendental também para além dos limites da *KrV*. Naturalmente, poderiam seguir-se direções alternativas, como a mencionada possibilidade de indagar até que ponto a afinidade pode ser posta em relação com a finalidade da natureza na terceira Crítica. Uma outra possibilidade seria a de aprofundar os pressupostos psicológicos e as implicações psicológicas da *affinitas* como *sinnliches Dichtungsvermögen der Verwandtschaft*: aspectos discutidos por Kant na *Antropologia*.⁴⁸

Porém, a direção mais coerente para a presente pesquisa é representada pelo *Opus postumum*:

Proposição empírica: A matéria, com suas forças motrizes, existe. Estes são ou primitivas (com respeito ao tempo, primordialmente motrizes), ou derivadas, em comum num espaço. Esta reciprocidade, no entanto, pressupõe um contínuo das mesmas [forças], a saber, na forma da unidade e da homogeneidade do material; concordância do todo como princípio da possibilidade da experiência em geral. Assim, como agora há apenas um espaço e um tempo si, para assim dizer, ambos ficam hipostatizados (ambos são tornados objetos reais da experiência), então há, subjacente a eles, uma matéria que sustenta as forças motrizes que pertencem meramente à experiência em geral; e estas são nada além de atração e repulsão no movimento real, contidas no conceito de matéria em geral.⁴⁹

Aqui, Kant concentra-se na natureza, e, mais especificamente, na matéria. As forças motrizes da matéria só podem ser avaliadas partindo-se das condições sensíveis que permitem seu exercício. Contudo, a reciprocidade dessas forças supõe um *continuum*; ou seja: a unidade e homogeneidade [*Gleichartigkeit*] do material [*Stoff*] em que elas estão ativas. O que torna possível reconhecer essa continuidade-homogeneidade dentro da matéria é a “concordância do todo” [*Zusammenstimmung des Ganzen*] com o princípio da possibilidade da experiência em geral.

Essas posições podem ser mais uma vez trazidas de volta ao *Apêndice à Dialética transcendental*, no qual Kant afirma que: “Apesar das suas diferenças, a afinidade [*Verwandtschaft*]

do diverso, sob um princípio da unidade, diz respeito não apenas às coisas, mas muito mais às meras propriedades e forças das coisas”.⁵⁰

Mais tarde, no *Opus postumum*, Kant será ainda mais explícito, quando referir-se ao “fenômeno do todo das forças motrizes da matéria” como a forma pela qual o sujeito é afetado por essas forças. Entre as maneiras pelas quais as relações entre essas forças podem ser expressas, Kant conta: “Axiomas da intuição, antecipações da percepção, analogias de experiência”, e, sobretudo, “afinidade (associação [*Beygesellung*], Coordenação)”. De acordo com essas modalidades, o material da representação sensível está conectado “não fragmentariamente, mas [...] sistematicamente, visando a unidade coletiva da consciência por meio da pesquisa sobre a natureza [*Naturforschung*]”.⁵¹

Aqui nós podemos encontrar uma concepção da afinidade do diverso, que idealmente reflete o caminho que começa a partir das condições sensíveis, passa através dos conceitos puros, e finalmente chega aos princípios pelos quais o que é dado em conformidade com essas condições pode ser conduzido até a unidade. Isso nos leva a algumas considerações finais.

5. CONCLUSÃO

Todas as principais análises da estrutura da Dedução-A e de sua transformação em 1787 enfatizam, com razão, a reversão, que se pode observar na versão B, entre o lado subjetivo e o objetivo da exposição. Contudo, um aspecto é muitas vezes subestimado; a saber: o feito que o conceito de afinidade transcendental entre os *Erscheinungen*, é introduzido em um parágrafo da Dedução-A que não pertence mais à Dedução subjetiva, pois vem após as três sínteses. Ao mesmo tempo, a afinidade transcendental ainda não faz parte da Dedução objetiva, porque a unidade sistemática da síntese de acordo com a apercepção é exposta apenas no parágrafo subsequente. Portanto, essa posição peculiar da afinidade na economia da argumentação de Kant permite apreciar quão profundamente esse conceito está enraizado em sua *Erkenntnislehre*.

Sem surpresa, exatamente esta função de “junção” entre argumentos cruciais, que impede sua redução a cada um deles, às vezes expõe o conceito de afinidade transcendental a interpretações que até se opõem uma a outra. Como mencionado na introdução, a principal divisão entre essas interpretações tem a ver com o contraste entre a primazia dos dados e a do entendimento, e potencialmente leva à circularidade.

Naturalmente, poderia-se escapar a essa circularidade apoiando uma das posições alternativas; mas cada uma delas implica a adoção de pressupostos ontológicos sobre o objeto, que, em medidas diferentes, vão além do que Kant expressamente diz.

Aqui nós apenas queremos notar que o conceito de afinidade transcendental entre os *Erscheinungen*, com sua presença em todos os níveis da *Erkenntnislehre* kantiana, é útil para avaliar o impacto do transcendentalismo de Kant sobre sua concepção de objetividade. Essa renovada objetividade não pode ser entendida fora da “cooperação” da *Estética* e da *Lógica* transcendentais ou, em outras palavras, fora da unidade da Razão.

De fato, a validade objetiva do espaço e do tempo na *Estética*, assim como a das categorias na *Analítica*, expressam a necessidade de os *Erscheinungen* conformarem-se a uma regra transcendental. A referência necessária e *a priori* dessa regra à unidade da apercepção faz dele uma lei. Na Dedução-A, Kant destaca essa passagem por meio da afinidade transcendental entre os *Erscheinungen*, mas isso não é algo que se possa supor desapareça mais tarde. É por isso que H. Paton, por exemplo, e parcialmente também H. Allison, concebem a mesma apercepção como uma “afinidade objetiva”.⁵²

Porém, a possibilidade de conceber a totalidade da natureza como a totalidade dos fenômenos conjuntos, que se conformam às leis transcendentais, exige um ponto de vista mais elevado; a saber: o da Razão, descrito na *Dialética*. Aqui, a totalidade é determinada pelos limites que a *de-finem*, pressupondo novamente, como vimos, a afinidade transcendental entre os *Erscheinungen*.

Assim, além de sua presença alternativa no centro da questão, o que a afinidade transcendental entre os *Erscheinungen* expressa é crucial para compreender a maneira pela qual a filosofia transcendental pode conceber a objetividade como o valor universal de condições que originalmente só podem ser subjetivamente apreendidas.

Portanto, voltando à definição introdutória de Barsotti, a afinidade transcendental pode sem dúvida ser considerada como uma noção ambiciosa; mais: dada sua presença capilar em muitos níveis da filosofia crítica, ela não parece poder definir-se como discreta.

BIBLIOGRAFIA

- ALLISON, Henry (1968), “Kant’s Concept of the Transcendental Object”, *Kant-Studien* 59, p. 165-186.
- BARSOZZI, Bernhard (1999), “Qu’est-ce que l’affinité transcendantale?”, *Philosophie* 63, p. 31-54.
- CASSIRER, Ernst (1922), *Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit*, zweiter Band, Berlin: Bruno Cassirer.
- EISLER, Rudolph (1930¹, 1989), *Kant-Lexikon: Nachschlagewerk zu Kants sämtlichen Schriften, Briefen und handschriftlichem Nachlaß*, 10. unveränd. Nachdr. der Ausg. Berlin 1930, Hildesheim: Olms.
- HOLZHEY, Helmuth - MUDROCH, Vilem (2005), *Historical Dictionary of Kant and Kantianism*, Lanham, Maryland-Toronto-Oxford: The Scarecrow Press, Inc.
- KANT, Immanuel (2012), *Crítica da Razão Pura*, trad. de F. Costa Mattos, Petrópolis: Editora Vozes.
- ____ (2008, 1. Ed. 1985), *Crítica da Razão Pura*, trad. de M. Pinto dos Santos e A. Fradique Morujão, Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- ____ (2010, 1. Ed. 1909), *Crítica della Ragion Pura*, trad. de G. Gentile e G. Lombardo Radice, rev. de V. Mathieu, Roma-Bari: Laterza.
- ____ (2007, 1. Ed. 1957), *Crítica della Ragion Pura*, trad. de G. Colli, Milão: Adelphi.
- ____ (1967), *Crítica della Ragion Pura*, trad. de P. Chiodi, Torino: UTET.
- ____ (2007, 1. Ed. 2004), *Crítica della Ragion Pura*, trad. de C. Esposito, Milão: Bompiani.

____ (2009, 1. Ed. 2007), *Crítica de la Razón Pura*, trad. de M. Caimi, Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica.

____ (1980), *Critique de la raison pure*, trad. de J.-L. Delamarre e F. Marty, Paris: Gallimard, “La Pléiade”.

____ (2000, 1. Ed. 1998), *Critique of Pure Reason*, trad. de P. Guyer e A. Wood, Cambridge: Cambridge University Press.

PATON, Herbert James (1936), *Kant's Metaphysics of Experience*, 2 voll., London: George Allen & Unwin LTD.

PICHT, Georg (1999), *Von der Zeit*, Stuttgart: Klett-Cotta.

RIBEIRO DOS SANTOS, Leonel (2012), *Ideia de uma Heurística Transcendental: Ensaio de Meta-Epistemologia Kantiana*, Lisboa: Esfera do Caos Editores.

WESTPHAL, Kenneth (1997), “Affinity, Idealism, and Naturalism: The Stability of Cinnabar and the Possibility of Experience”, *Kant-Studien* 88, p. 139-189.

WOHLFART, Günter (1981), *Der spekulative Satz: Bemerkungen zum Begriff der Spekulation bei Hegel*, Berlin-New York: de Gruyter.

ABSTRACT: The article focuses on a concept placed at the core of the A-Deduction, of which the B-Version provides a different but not necessarily better exposition. It is the concept of “transcendental affinity” [*transcendentale Affinität*] (A 144). This concept is not present in the whole B-Edition of the *KrV*, and even the term “Affinity” does not appear in the B-Deduction, but only four times in the *Transcendental Dialectic*, and twice in the *Discipline of the Pure Reason*. In the economy of the A-Deduction, the concept of “transcendental affinity” plays a central role. It represents indeed the “thoroughgoing connection according to necessary laws” of all the possible phenomena. This connection is presupposed by transcendental consciousness insofar as it has a representation of these phenomena and their relationships, since what all the possible phenomena share is their determination in space and time according to the synthetic unity of the apperception. The concept of transcendental affinity between all the possible phenomena is intimately linked to imagination, which makes this affinity arise by reproducing a phenomenon in space and time according to the a priori laws of understanding. The necessary link between transcendental affinity and imagination represents an important passage in this paper. One goal is to point out that the implications of transcendental affinity are not rejected but rather deepened in the B-Deduction. On these assumptions, we consider the role of the “I think” in the B-Deduction, in order to claim that it implicitly relies upon the concept of transcendental affinity too. The last part of the paper aims to point out that the transcendental affinity between the phenomena described in the A-Deduction is particularly apt to understand the unity of the representation of nature. To shed light on this point, we will deal with some significant passages from the *Opus postumum*.

KEYWORDS: Transcendental affinity; *Phaenomenon*; *Erscheinung*; Deduction; Imagination.

NOTAS / NOTES

1 **Gualtiero Lorini** is an Alexander von Humboldt postdoctoral research fellow at the Institute of Philosophy of the Technische Universität Berlin. He is an associated member at the Institut d'Études Avancées, Collegium de Lyon, member of the Kant-Gesellschaft, the North American Kant Society, the Società Italiana di Studi Kantiani, and of the Société d'Études Kantiennes de Langue Française. His research interests concern Classical German Philosophy, Aetas Kantiana, Modern Philosophy, *Quellengeschichte*, *Aufklärung*, History of Metaphysics, and the interaction between Kantianism, Phenomenology and *Interpretationsphilosophie*.

2 GUYER-WOOD (1998) e COLLI (1957), respectivamente em suas traduções para o inglês e para o italiano, optam por “*appearance*” / “*apparenza*” para traduzir “*Erscheinung*”. Contudo, a maioria das traduções portuguesas (COSTA MATTOS, 2012; PINTO DOS SANTOS-FRADIQUE MORUJÃO, 2008), italianas (GENTILE-LOMBARDO RADICE, 1909; CHIODI, 1967; ESPOSITO, 2007), espanholas (CAIMI, 2009) e francesas (DELAMARRE e MARTY, 1980) escolhem o termo correspondente a “fenômeno”.

3 Cf. KANT, *KrV*, A 248-249; *KrV*, B 306; Fort, AA 20: 269.

- 4 BARSOTTI, 1999, p. 53.
- 5 BARSOTTI, 1999, p. 35.
- 6 CASSIRER, 1922, p. 709.
- 7 KANT, KrV, A 85/B 117; trad. (COSTA MATTOS, 2012) p. 120-121.
- 8 KANT, KrV A 94, trad. p. 150-151.
- 9 KANT, KrV A 98, trad. p. 153.
- 10 *Ibidem.*
- 11 KANT, KrV A 118, trad. p. 164.
- 12 KANT, KrV A 118.
- 13 KANT, KrV A 113, trad. p. 161.
- 14 KANT, KrV A 113/114.
- 15 KANT, KrV A 123, trad. p. 166 (alterada).
- 16 KANT, KrV A 114, trad. p. 162.
- 17 KANT, KrV B 132, trad. p. 129-130.
- 18 KANT, KrV B 139-140, trad. p. 133-134.
- 19 KANT, KrV B 151-152, trad. p. 140.
- 20 KANT, KrV B 152, trad. p. 140.
- 21 KANT, KrV B 163.
- 22 KANT, KrV A 176, tradução nossa.
- 23 KANT, KrV B 218, trad. p. 198 (alterada).
- 24 KANT, KrV B 218.
- 25 KANT, KrV B 233, trad. 207.
- 26 KANT, KrV A 216/B 263, trad. p. 224.
- 27 KANT, KrV A 113, trad. p. 161.
- 28 KANT, KrV A 216/B 263, trad. p. 224.
- 29 KANT, KrV A 238-239/B 297-298, trad. p. 244.
- 30 KANT, KrV A 238/B 298.
- 31 Num sentido semelhante, cf. KANT, V-Met/Heinze AA 28: 187.
- 32 KANT, KrV A 139/B 178, trad. p. 175-176.
- 33 KANT, KrV A 250, trad. p. 249n.
- 34 KANT, KrV A 253, trad. p. 250n.
- 35 KANT, KrV A 252, trad. p. 250n.
- 36 KANT, KrV, A 253, KrV A 253, trad. p. 250n.
- 37 KANT, KrV B 307-308, trad. p. 252.
- 38 KANT, KrV A 255/B 311, trad. p. 254. A expressão “em sentido positivo” foi acrescentada na edição B. É significativo que na cópia pessoal de Kant da primeira edição da KrV encontre-se a seguinte anotação (AA 23: 49): “[...] Assim, o conceito positivo de um número afirma algo cuja possibilidade ele não pode provar” (tradução nossa).
- 39 Nesse sentido, cf. KANT, KrV A 727/B 755.
- 40 Cf. KANT, Br, AA 10: 346, tradução nossa.
- 41 KANT, KrV A 657/B 685, trad. p. 499.

42 KANT, KrV A 660/B 688, trad. p. 501. Sobre a relação semântica “Affinität-Verwandschaft”, cf. HOLZHEY-MUDROCH, 2005, p. 37; EISLER, 1989, p. 5.

43 KANT, KrV A 660/B 688, trad. p. 501.

44 Cf. WOHLFART, 1981, p. 15; WESTPHAL, 1997, p. 139-189.

45 KANT, KrV A 657-658/B 685-686, trad. 499. Cf. RIBEIRO DOS SANTOS, 2012, p. 80-84, em particular p. 81: “A antinomia entre o princípio de homogeneidade (que visa o máximo de unidade) e o princípio de especificação (que visa o máximo de variedade) é resolvida numa síntese pelo princípio de afinidade, que mantém em equilíbrio e em tensão produtiva os outros dois princípios, os quais, enquanto máximas que dirigem a investigação, se controlam e se limitam reciprocamente e assim se evita cair seja numa unidade muito geral mas completamente vazia de conteúdo, seja na dispersão e heterogeneidade total dos conhecimentos empíricos”.

46 KANT, KrV A 657/B 685, trad. p. 499.

47 KANT, KrV A 663/B 690, trad. p. 502.

48 KANT, Anth, AA 07: 174-177.

49 KANT, OP, AA 21: 226-227, tradução nossa.

50 KrV A 662/B 690, trad. p. 502.

51 KANT, OP, AA 22: 338.

52 PATON, 1970, vol. I, p. 482. Cf. ALLISON, 1968, p. 240-250.

Recebido / Received: 11.10.16

Aprovado / Approved: 09.11.16